

DISCIPLINA ARTE-MÚSICA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UM PERCURSO HISTÓRICO A PARTIR DA POLITECNIA

Artur Fabiano Araújo de Albuquerque

Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)

Artur.fabiano@escolar.ifrn.edu.br

Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares

Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

andrezza.tavares@ifrn.edu.br

Elda Silva do Nascimento Melo

Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

eldasnmelo@hotmail.com

RESUMO: O objeto do presente trabalho é o percurso da disciplina Arte-Música, da Escola de Fábricas até a condição de Instituto Federal, analisando criticamente sua presença. A partir de uma abordagem qualitativa e exploratória, foi feita uma pesquisa bibliográfica, realizando um levantamento sobre fontes que trazem a presença da Música e Práticas Musicais desde períodos que iniciaram o ensino profissionalizante no Brasil. É possível verificar que, com o reconhecimento do currículo integrado e sua importância que a Música está alinhada na proposta de educação politécnica e omnilateral, perante uma formação integral do estudante, em conjunto com ações de ensino, pesquisa e extensão, alinhadas junto a professores de Arte-Música resistentes e conscientes de suas práticas pedagógicas para uma formação crítica, geral e cidadã dos nossos estudantes

Palavras-chave: Educação Profissional; Arte-Música; Percurso Histórico; Currículo Integrado.

MUSIC IN PROFESSIONAL EDUCATION: A HISTORICAL PATH FROM POLYTECHNIA

ABSTRACT: The object of the present work is the trajectory of the discipline Art-Music, from the Escola de Fábricas to the condition of Federal Institute, critically analyzing its presence. From a qualitative and exploratory approach, a bibliographic research was carried out, carrying out a survey on sources that bring the presence of Music and Musical Practices since periods that began professional education in Brazil. It is possible to verify that, from a recognition of the integrated curriculum and its importance that Music is aligned in the proposal of polytechnic and omnilateral education, in the face of an integral formation of the student, together with teaching, research and extension actions, aligned with the Art-Music teachers who are resistant and aware of their pedagogical practices for a critical, general and civic education of our students.

Keywords: Professional Education; Art-Music; Historical Route; Integrated Curriculum

1 INTRODUÇÃO

O objeto do presente estudo será o percurso histórico da disciplina Arte a partir da sua formação nas Escolas de Fábricas, seguido pelas Escolas de Aprendizizes Artífices (Manfredi, 2016; Moura, 2012), diante das relações da politecnia e da lógica mercantilista que perfaz a formação dos técnicos para o serviço do capital. O despertar do ensejo de discutir e elucidar, mesmo que de forma inicial, a trajetória e os sentidos da Arte-Música e as práticas musicais advindas de épocas remotas no Brasil, permite compreender a importância desta área para o currículo integrado e à formação humana integral dos estudantes.

Vemos diante de investigações realizadas anteriormente acerca da politecnia e da formação humana integral a necessidade de rompimento de um sistema educacional que antes privilegiava uma classe, ou melhor falando, aqueles que poderiam ter o acesso a determinados níveis de ensino, por conta da origem e “status” social dignificado. Neste sentido, entendemos que:

[...] A educação politécnica não é aquela que só é possível em outra realidade, mas uma concepção de educação que busca, a partir do desenvolvimento do capitalismo e de sua crítica, superar a proposta burguesa de educação que potencialize a transformação estrutural da realidade (Frigotto, Ciavatta, Ramos, 2012, p. 44).

Assim, permitindo que, a partir de reformas, decretos, necessidades estruturais de demandas de mão de obra, demandas sociais por melhorias para a população, a procura por uma educação pública de qualidade, dentre outros fatores que são elaborados temos as modalidades de ensino que, além de atenderem essas demandas, estivessem alinhadas com uma formação humana integral, uma educação que trabalhe, além de questões técnicas e formação geral, uma formação profissional, humana e crítica.

Diante dessas demandas sociais temos a formação politécnica. Tratando a formação integral do ser humano, a politecnia visa a superação desta dualidade de classes, permitindo uma formação geral e técnica (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2012). Neste sentido, este artigo, ao discutir a disciplina Arte-Música dentro da realidade da Educação Profissional e Tecnológica – EPT, na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mostra, além de sua inserção no currículo, a importância desta disciplina e suas práticas musicais para esta formação integral, o que possibilita o desenvolvimento humano dentro da perspectiva de integração.

Utilizando uma abordagem qualitativa de investigação, realizamos uma pesquisa exploratória e bibliográfica (Bogdan, Biklen, 2006; Severino, 2016), buscando na literatura, elementos e questões primordiais para este trabalho, os quais mostram o percurso histórico, a

localização e a formatação da Arte-Música no contexto da EPT. Não é pretensão esgotar a temática, reconhecendo os limites que um artigo como este possui, mas sim que apresentem tópicos que provoquem uma ampliação da discussão sobre este assunto e esse possa ser ampliado.

Inicialmente, no primeiro tópico, iremos discutir de forma sintética sobre a politecnia, o currículo integrado e a formação docente dos professores de Arte-Música, de forma a levantar questões para pensarmos a importância da Música para uma formação integrada dos estudantes. Em seguida, nos demais tópicos, iremos apresentar alguns momentos que trazem informações sobre o início das práticas musicais a partir das Escolas de Fábricas, o qual mostrou grande importância para a efetivação do que temos hoje. Em seguida, a partir da Escola de Aprendizes Artífices, continuando com a Escola industrial e chegando hoje a institucionalidade de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, e no caso do Rio Grande do Norte, temos no IFRN um exemplo claro do comprometimento e valorização de práticas musicais, sendo estas, presentes no Ensino Médio Integrado – EMI, permitindo que os estudantes tenham uma formação integrada, tendo a Música e suas práticas como mais uma possibilidade de integração. Mostraremos ao final, algumas possibilidades das ações da Música e suas práticas, para a formação politécnica de nossos estudantes.

2 MÚSICA, POLITECNIA, CURRÍCULO INTEGRADO E FORMAÇÃO DOCENTE

Para quem serve a escola? Por que as pessoas buscam o aprendizado, seria para sua subsistência apenas e/ou emancipação enquanto cidadão? Quais os sentidos de uma disciplina como a Música, na formação humana, dentro de uma perspectiva politécnica e um currículo integrado no ensino médio? Estas questões iniciais são expostas aqui a fim de provocar e mostrar os caminhos que serão percorridos inicialmente.

A escola, como o é concebida, não é uma instituição ou formatação para o crescimento e evolução humana dentro de um sistema capitalista, a exemplo da nossa realidade social brasileira. Concebemos a ideia de que as relações humanas são essenciais na sociedade, pois “a formação é produto das relações sociais e de produção, e a escola, espaço institucionalizado onde também existe parte dela, é fruto de tais relações” (Moura; Lima Filho; Silva, 2015, p. 1059), fazendo com que claramente, as pessoas procurem uma formação, uma educação por assim dizer na escola, para servir a um sistema produtivo e manter sua subsistência nesta sociedade, a partir destas relações, destas partilhas.

Ao tratar da necessidade do ser humano estar participando da escola para aprender, e no caso,

as escolas de ensino médio integrado, alinha-se a necessidade de resistência e elevação do capital humano. Seus participantes, pois, estão evoluindo dentro de suas realidades, pois a escola é esta instituição que se propõe a provocar uma elevação dos indivíduos socialmente inseridos no sistema produtivo, ante ao fato de que:

[...] A educação, então, é o principal capital humano enquanto é concebida como produtora de capacidade de trabalho, potenciadora do fator trabalho. Neste sentido é um investimento como qualquer um outro (Frigotto, 2001, p. 40).

Pode-se, então, se alinhar o desejo de, atualmente, os estudantes que buscam no EMI, uma possibilidade de construir sua própria trajetória. É percebido, no entanto, que essa modalidade educacional, possibilita uma formação para além da formação técnica. Ela permite que seus participantes saibam diferenciar o trabalho manual do intelectual, o trabalho simples do complexo, uma vez que “a divisão social e técnica do trabalho constitui-se estratégia fundamental do modo de produção capitalista” (Moura; Lima Filho; Silva, 2015, p. 1059), tornando evidente que pessoas formadas para tal sistema possuam uma formação integral, para terem a possibilidade de realizar suas escolhas, embora, a escola, no sistema da educação brasileira, como um todo, infelizmente ainda persista em formar pessoas que sirvam aos valores e ditames do mercado, para aqueles que a frequentam (Ramos; Frigotto, 2017, p. 30).

A disciplina “Arte-Música”, oferecida no EMI está inserida como possibilidade de ser apenas mais uma disciplina ofertada de forma obrigatória para a formação geral, ou, se encontra como possibilidade para uma formação politécnica e omnilateral mais abrangente para os estudantes? Como será discutido a partir do próximo tópico, veremos o oferecimento de práticas musicais desde as Escolas de Fábricas, mas aqui, mostraremos sua importância dentro do currículo integrado. Dissertações e Teses enfatizam a prática da música no EMI dos Institutos Federais, através da oferta da disciplina Arte-Música (Bezerra, 2017; Costa, 2014; Ribeiro, 2017; Kandler, 2019; Ferreira, 2017; Lopes, 2018), mostrando a importância que a relação da música com os estudantes tem sido potencializada por excelentes práticas e projetos de ensino, pesquisa e extensão.

A oferta da Arte-Música e outras disciplinas no EMI, possui proposições de formação integrada com vistas ao desenvolvimento de múltiplas potencialidades dos jovens alunos. Ramos (2007), defende uma escola unitária, em que todos tenham acesso ao conhecimento e a cultura, e ainda, enfatiza a autora:

[...] Uma educação dessa natureza precisa ser politécnica; isto é, uma educação que, ao propiciar aos sujeitos o acesso aos conhecimentos e à cultura construídos pela

humanidade, propicie a realização de escolhas e a construção de caminhos para a produção da vida (Ramos, 2007, p. 03).

Portanto, a Música, enquanto uma prática social (Souza, 2004), que possibilita partilhas de consumo de músicas, compreensão dos contextos sociais e outras possibilidades, é uma Arte que está presente no cotidiano dos jovens, pode sim, dentro do EMI, possibilitar aos estudantes realizarem suas escolhas e fazer parte dos caminhos alternativos que estes jovens possam discutir e optar. É tarefa do Ensino Médio abrir estas possibilidades de escolha e formação integral dos estudantes, ante a necessidade de formação de cidadãos críticos e éticos, tendo sua preparação para o trabalho e cidadania (Tavares, *et al*, 2016), sendo estes, portanto, os principais objetivos do Ensino Médio em sua abrangência.

Muitos são os sentidos da formação integrada, sendo vitais para o percurso formativo dos estudantes. Ramos (2007), mostra 4 sentidos para a formação: o filosófico, o ontológico, o econômico e o cultural. Ambos estão associados e se complementam, pois tendo esses sentidos na formação para o trabalho e ainda, o trabalho como realização humana, são legitimados e socialmente válidos (Ramos, 2007, p. 04). As práticas musicais, como as demais disciplinas estão aí inseridas e necessitam ser valorizadas e discutidas, a exemplo das pesquisas mostradas anteriormente. Defendemos, portanto, que tenhamos políticas educativas e políticas curriculares que possuam, a exemplo de países como a Inglaterra e Noruega, “enfoque igualitário sobre a cultura e uma valorização positiva da diversidade identitária” (Marín-Liébana; Magraner; Nicolás, 2021, p. 227), mostrando o quanto de positivo as práticas musicais na diversificação dos contextos podem trazer e contribuir na formação dos jovens.

Para finalizar esta primeira parte, voltemos ao início, quando tratamos do capital humano. É necessário, pois destacar a formação humana da que estamos falando, e esta, como nos mostra Frigotto (2001), é compreendida pelo nível que cada indivíduo realiza na expectativa dos retornos futuros. Para tanto, nesse sentido, falar da formação dos docentes para atuação no EMI, ou melhor compreendendo, para a Educação Profissional e Tecnológica – EPT, necessita ainda de maiores discussões, indo além do capital humano.

Muitos professores da EPT tem uma formação diversificada, incluindo os das disciplinas técnicas e de formação geral. Os docentes de Arte-Música, que atuam no EMI, têm sua formação em cursos de Licenciatura prioritariamente, embora, tenha docentes com formação no Bacharelado em Música (formação em instrumento musical e voz – “canto” – à nível superior), e são da área de formação geral. Há, portanto, uma diversificação e heterogeneidade quanto aos professores da EPT em sua formação, alinhados ainda às diferenças de campo

científico, tecnológico, cultural de origem, alunado, dentre outros (Machado, 2011, p. 692), e, na realidade dos Docentes de Arte-Música, essa diversificação amplia o trabalho deste(a) professor(a), pois focalizará suas ações a partir dos contextos sociais, perfazendo seu trabalho, diante de uma natureza não-material, como nos apresenta Kuenzer (2011), mostrando dentre outras coisas, sua resistência e autonomia, possibilitando práticas amplas da música nos diversos contextos do Brasil.

Para que estas práticas sejam realizadas, ante a formação dos Docentes para a EPT e em particular os Docentes de Arte-Música, se faz necessário nos atermos ao fato que os cursos superiores de Licenciatura, na sua grande maioria, não levam em conta as questões da formação pedagógica para o EMI. Como mostra Moura (2013):

[...] Quanto aos licenciados nas disciplinas da educação básica, muitos não conhecem a EP, pois os cursos de licenciatura, em geral, não incluem em seus currículos estudos sobre o campo trabalho e educação, sobre a EP e menos ainda sobre a sua relação com o EM, de maneira que os professores têm dificuldades para estabelecer conexões entre a sua disciplina específica, as tecnologias, o trabalho e a cultura (Moura, 2013, p. 12).

É preciso, pois, a partir desta provocação, alinhar a formação dos Docentes de Arte-Música incluindo as prerrogativas da Educação Profissional, pois, esta faz parte da formação integrada do Ensino Médio em muitos espaços do Brasil. Registre-se, pois, esta inquietação e infelizmente o espaço do referido artigo não permita maiores aprofundamentos.

Dando continuidade, será tratado em formato sintético do início do percurso da disciplina Arte-Música e as práticas musicais realizadas nos primórdios da Educação Profissional do Brasil.

3 ARTE E MÚSICA: O INÍCIO DE UM PERCURSO HISTÓRICO NO BRASIL

Ao apresentar a Música e a Arte, na realidade do Brasil, no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem a fim de destacar a profissionalização, precisamos retomar a partir do período colonial, quando, aqui ao chegarem os Jesuítas, já encontraram os índios com seu formato de realizar práticas músicas, aliado ao modo de aprender essas práticas uns com os outros. “A educação musical formal começa a ser concebida, no país, com a chegada do padre Manuel da Nóbrega, em 1549 (Castro, Siqueira, 2021, p. 81), iniciando dessa maneira o que chamamos de ‘ensino conservatorial’ (Penna, 1994; Pereira, 2014), com aulas baseadas em matérias como solfejo, teoria musical e percepção e que, alinha a prática musical em um formato pronto para a música erudita ou música culta, junto aos professores como os Metres de Ofício (Pereira, 2014, p. 93). Lembrando também que esta forma de ensino de música, o conservatorial, “dificilmente

questiona suas práticas e os pressupostos” dela advindos (Penna, 1994, p. 103). Dessa forma, o que já se encontrava realizado pelos indígenas foi sendo deixado de lado, para então haver um aprendizado pelos moldes dos colonizadores.

Segue-se então o formato de ensino de música realizado pela Companhia de Jesus (fundada pelo Padre Manoel da Nóbrega e José de Anchieta), a partir de 1549, sendo então os jesuítas os primeiros professores de música do Brasil, incluindo o Mestre de Capela Francisco Vaccas, ensino este com forte tradição da educação musical ocidental, permanecendo até a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759 por causa das reformas regidas pelo Marquês de Pombal, nominadas de reformas pombalinas (Teixeira, 2014). Somente em janeiro de 1847 é que surge a primeira Lei que estabelece conteúdos para formação musical, contendo princípios básicos de solfejo, voz, instrumentos de sopros, instrumentos de cordas e harmonia e em 1851, com a aprovação da Lei 630 por Dom Pedro II, inicia-se então a efetivação do ensino de música nas escolas primárias e secundárias (Castro, Siqueira, 2021; Teixeira, 2014).

Dessa maneira, se inicia um período no qual a música e a formação por ela decorrente fica estagnada até os primeiros anos da República, tendo então, com “o surgimento e o fortalecimento de ciências como a Psicologia, a Sociologia e a Filosofia trouxeram à tona uma necessidade de se repensar, formalizar e sistematizar o ensino e a aprendizagem de música no país” (Castro, Siqueira, 2021, p. 83), fazendo com que o avanço da prática musical, formação docente na área e as disciplinas em música fossem elevadas, a partir do século XIX, para um nível maior que culminou na construção da Imperial Academia de Belas Artes (1842), reorganização da Orquestra da Capela Imperial (1843) e a inauguração do Conservatório de Música (1848), com objetivos claros de servir a elite nacional (Augusto, 2010), mas que serviu para abrir espaço para o ensino e aprendizagem da música em escala nacional, incluindo os estabelecimentos já citados, de primeiro e segundo graus.

No início do século XX, com o Professor João Gomes, além do método analítico de ensino de música, começa também o método de ensino de canto orfeônico, sendo dado o prosseguimento deste último com Heitor Villa Lobos e qual é institucionalizado na Era Vargas com o Decreto 19.890 de 1931, além de outros métodos como o de iniciação musical de Sá Pereira e de recreação musical, de Liddy Mignone (Álvares, 1999; Teixeira, 2021). Todos esses métodos são os pioneiros no início deste século e a prática da música vocal foi então realizada em escolas da educação básica, principalmente com destaque nas capitais.

No próximo tópico, trataremos do início e prática da música nas escolas profissionalizantes.

4 MÚSICA NAS ESCOLAS DE ENSINO PROFISSIONAL E O CASO DO RIO GRANDE DO NORTE

Conceber a Música enquanto disciplina oferecida nos níveis da educação básica, é buscar compreender que a sua materialização se dá enquanto prática musical, seja vocal e/ou instrumental. A prática musical nas escolas profissionalizantes, data-se do Império, com a referência do Colégio das Fábricas, no Rio de Janeiro em 1809, os quais ofereciam, além de instrução primária, disciplinas especiais, dentre elas música vocal e instrumental, a partir de 1875, no Asilo dos Meninos Desvalidos (Cunha, 2000). Tendo, pois, esse formato de aulas de música para a prática vocal (canto coral) e a prática instrumental (incluindo instrumentos de sopros), vê-se que o disciplinamento era o principal foco, para além da aprendizagem dos ofícios da época, fossem eles tipografia, encadernação, alfaiataria, carpintaria, marcenaria, tornearia, entalhe, funilaria, ferraria, serralheria, courearia ou sapataria (*ibid*). Portanto, é salutar que as práticas musicais fizessem parte deste disciplinamento, vendo que a época, esses jovens eram órfãos ou abandonados e assim, ao serem inseridos nestas instituições, possuíam estas disciplinas incluídas na abrangência de disciplinas oferecidas para sua formação. Na criação destas Escolas de Fábricas, com caráter assistencialista, Moura (2007) destaca que:

[...] Ainda no século XIX, foram criadas sociedades civis destinadas a dar amparo a crianças órfãs e abandonadas, possibilitando-lhes uma base de instrução teórica e prática e iniciando-as no ensino industrial. Entre estas sociedades, as mais importantes foram os Liceus de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1858), de Salvador (1872), do Recife (1880), de São Paulo (1882), de Maceió (1884) e de Ouro Preto (1886) (Moura, 2007, p. 06).

Mostrando que essas escolas possuíam, além do assistencialismo, uma coerência com a sociedade da época, a qual era escravocrata, que ainda possuía questões de dependência com a coroa portuguesa, elevava privilégios para uma elite, dentre outras questões. Em seguida às Escolas de Fábricas, temos uma necessidade após a 1ª Guerra Mundial e perante a efervescência de industrialização.

As Escolas de Aprendizes Artífices então, surgem nesse borbulhar industrial, acrescido de greves de operários, juntamente com número de desvalidos (menores órfãos e abandonados), e em 1909 o então Presidente da República Nilo Peçanha, cria 19 destas escolas a partir do Decreto 7.566 do corrente ano. Estas escolas não possuíam, por parte dos gestores da época, um alinhamento com as questões sociais, pois, “Ela consistia na atribuição à indústria de valores como progresso,

emancipação econômica, independência política, democracia e civilização” (Cunha, 2000, p. 94), mostrando, portanto, que desde a sua criação, o atendimento aos interesses dos capitalistas era sua principal bandeira e, a ‘emancipação humana’ e a ‘civilização’, apenas como pano de fundo (!) para a concretização destas escolas.

Para as práticas musicais, do período da criação das Escolas de Aprendizizes Artífices até a criação das Escolas Técnicas e Escolas Industriais – como a exemplo da Escola Industrial de Natal-RN, fica a evidente a prática da música vocal, e por tabela o canto coral, bem como a prática de instrumentos musicais:

[...] Fica também identificado que, no currículo dos cursos, paralelamente às matérias de ensino regular, havia atividades sistematizadas para todos, tanto nas áreas de esportes e culturais quanto nas de canto e uso de instrumentos musicais (Fernandes, 2017, p. 61).

É possível evidenciar que entre as décadas de 1940 e 1960, ocorria atividades práticas musicais na Escola Industrial de Natal, com Música Vocal (Canto Orfeônico) e Música Instrumental (Banda Marcial), tendo à frente a Professora Lourdes Guilherme – do Canto Coral (Medeiros, 2011), como bem ilustram as imagens da Figura 1, 2 e 3.

Figura 1: (Década de 1940) Ensaio de Música Vocal com a Prof^a Lourdes Guilherme



Fonte: “A Forja e a Pena” (Medeiros, 2011)

Figura 2: (Década de 1960) Banda Regional da Escola Industrial



Fonte: “A Forja e a Pena” (MEDEIROS, 2011)

Figura 3: (1958) Desfile da Banda Marcial da Escola Industrial



Fonte: “A Forja e a Pena” (Medeiros, 2011)

Fica, então, evidente, desde a Escola Industrial e em apoio com a SEMA – Superintendência de Educação Musical, tendo a frente o Professor e Maestro Villa Lobos, com um total destaque para o Canto Orfeônico a partir de 1932, que a Escola Industrial de Natal se coaduna com esta prática, dando assim o respaldo a atividades práticas. Lourdes Guilherme foi aluna de Villa Lobos (Medeiros, 2011).

Conforme apresentado, esse período é o do Decreto nº 47.038/1959, junto a com a sanção da Lei nº 3.55226, em 16 de fevereiro do corrente ano, onde o Governo Federal autarquizou os 23 (vinte e três) estabelecimentos, sendo 10 (dez) Escolas Industriais – uma no Rio Grande do Norte, e outras

13 (treze) Escolas Técnicas, todas distribuídas nas capitais (Fernandes, 2017), em conjunto a isso, anteriormente, já havia sido criado em 1932 a Superintendência de Educação Musical e Artística – SEMA, por Anísio Teixeira e com o apoio do então presidente à época, Getúlio Vargas, tendo o professor, maestro e pesquisador Villa Lobos à frente deste superintendência, colocando o Canto Orfeônico em evidência (Castro; Siqueira, 2021, p. 83, 84), levando a crer que tais práticas que ocorriam nos espaços de ensino profissional oficiais do governo federal deste período, de sua criação em 1909 até o início da década de 1960 era a música vocal, tendo o canto coral como prática musical.

Outras fontes que mostram a evidência de tais práticas é o fato que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB de 1961 e de 1971 não trazerem clareza quanto a obrigatoriedade da disciplina música, também não mostra uma proibição quanto a realização da prática musical disciplinar na Educação Básica. Somente com a Lei 11.769/2008, que modificou a LDB de 1996 é que evidenciou a obrigatoriedade da Música nos sistemas de ensino e mesmo assim como “conteúdo” e não como disciplina (Queiroz, 2012). Então, como não defender a realização de práticas musicais nos espaços da educação profissional, mesmo a partir da LDB de 1961? A partir do ano de 2008, o Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN¹, inicia a inclusão de um número expressivo de professores de Arte e na linguagem Música², este número é o maior quantitativo que possui atualmente nesta casa de educação profissional.

No IFRN, verificando no Suap (<http://www.suap.ifrn.edu.br>), e acessando o quantitativo de docentes de Música, entre as nomenclaturas “Arte”, “Arte-Música” e “Música-Piano/Teclado/Acordeon”, temos um quantitativo de 23 professores de música ativos no quadro atual. São desenvolvidas, para além de atividades de ensino, vários projetos de extensão e pesquisa, sempre vinculados a editais internos, seja de fluxo contínuo (sem bolsas), sejam com fomento (recursos financeiros, vindos dos recursos próprios da instituição, seja de editais com recursos do CNPQ, contando ainda com um edital anual de projetos de extensão para manutenção e continuidade dos Núcleos de Arte. Tudo isso aqui, demonstrando que há espaços efetivos dentro desta realidade para ações da Arte e da Música, o que preconiza que o texto da atual LDB, permitindo a atuação da Música enquanto uma das quatro linguagens da Arte – Lei 13.278/2016³.

¹ Para informação sobre a mudança e marcos institucionais que levaram ao Instituto Federal do Rio Grande do Norte terem essa nomenclatura, vindo de Escola Industrial, Escola Técnica Federal, Centro Federal de Educação, e outros dispositivos normativos, ler Fernandes, 2017, pág. 41 a 116.

² A disciplina Arte é oferecida nos Institutos Federais em quatro linguagens, conforme preconiza a atual LDB. Para informações, ver o texto atual em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 28/09/2022.

³ Para maiores informações ver <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/03/lei-inclui-artes-visuais-danca-musica-e-teatro-no-curriculo-da-educacao->

No próximo tópico, iremos concluir e discutir nossas inquietações.

5 CONCLUSÃO

Chegando ao final, verificamos o percurso traçado pela Música, as práticas musicais e a então denominada disciplina Arte-Música na atualidade. Tínhamos a necessidade de iniciar, discorrendo sobre o currículo integrado, o capital humano, a politecnia e a formação dos docentes de Arte-Música que atuam no Ensino Médio Integrado - EMI e as provocações quanto ao seu trabalho não-material. Sem esquecer o objeto do presente estudo, que é o percurso histórico da referida área da Música e sua presença no espaço da Educação Profissional e Tecnológica - EPT, acreditamos que as principais características dessa área foram apresentadas, desde as Escolas de Fábricas até o presente momento, embora, não foram discutidas em sua profundidade, diante dos limites que este trabalho possui.

É, pois, o foco da EPT ter um compromisso abrangente com a formação da atual geração de jovens, dentro de uma perspectiva politécnica e omnilateral, garantindo espaço para uma formação integrada, que alinhe aos estudantes uma formação técnica, geral, humana, com um perfil crítico e cidadão para a sociedade, e a Arte-Música em sua formação, permite que esse estudante amplie seu perfil criativo, diante do caráter humanístico e artístico que esta disciplina possui, dentro das atividades que possibilitam uma construção coletiva e significativa de práticas artísticas a partir dos contextos que esses jovens estão.

Por fim, os professores de Música que estão atuando em diversas cidades deste Brasil a fora, precisam compreender seu papel, sua ação dentro do currículo integrado, verificando o devido diálogo com a formação politécnica destes estudantes, não esquecendo que sua atividade é não-material e precisa entrar no embate na resistência para que a formação desses jovens, tenham na área da Arte-Música, mais uma possibilidade de integração.

Assim é preciso que os professores de Arte-Música, defendam e atuem para um reconhecimento do currículo integrado ao lado da importância que a Música possui e se alinha, dentro da proposta de educação politécnica e omnilateral, perante uma formação integral do estudante, dentro do conjunto de ações de ensino, pesquisa e extensão, com professores resistentes e conscientes de suas práticas pedagógicas para uma formação crítica, geral e cidadã dos nossos estudantes. Concluimos, assim, não esgotando a temática, mas acreditando que outros momentos necessários ocorrerão, para

[basica#:~:text=A%20nova%20lei%20altera%20a,ensino%20infantil%2C%20fundamental%20e%20m%C3%A9dio.](#)
Acesso em 28/09/2022.

ampliação do debate da Arte-Música no EMI, para uma formação humana e integral dos nossos estudantes.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, SERGIO LUIS DE ALMEIDA. **500 Anos de Educação Musical no Brasil: Aspectos Históricos**. Anais: Congresso da ANPPOM – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música. 1999. p. 1-15. Obtido em https://antigo.anppom.com.br/anais/anaiscongresso_anppom_1999/ANPPOM%2099/CONFEREN/SALVARES.PDF Acesso em 28/09/2022.

AUGUSTO, Antônio. A civilização como missão: o Conservatório de Música no Império do Brasil. **Revista Brasileira de Música**. Programa de Pós-Graduação. Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro. vol. 23, n. 01. 2010. p. 67-91.

BEZERRA, Italan Carneiro. **Curso técnico integrado ao ensino médio em instrumento musical do IFPB: reflexões a partir dos perfis discente e institucional**. Tese. Universidade Federal da Paraíba. Centro de Comunicação, Turismo e Artes. Programa de Pós-Graduação em Música. 2017. 526p.

BOGDAN, Robert C; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 2006.

CASTRO, Marco Aurélio Alves de; SIQUEIRA, Alysso. O Ensino da Música no Brasil Colonial e suas Heranças. Curitiba: **Caderno Intersaberes**, v. 10, n. 24, 2021. p. 79-91.

COSTA, Cristina Porto. **Educação profissional técnica de nível médio em música - formação de instrumentistas e inserção laborativa na visão de seus atores: o caso do CEP-Escola de Música de Brasília**. Tese. Universidade de Brasília-UNB. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2014. 336p.

CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação** (São Paulo), n. 14, maio/agosto 2000. <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a06.pdf>

FERNANDES, Francisco das Chagas de Mariz. **Conexões e desconexões: em 105 anos de educação profissional no Brasil**. Natal: IFRN, 2017. 272 p.

FERREIRA, M. de S. **Ensino de Música no Instituto Federal da Bahia: paradigmas e paradoxos**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Música, Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. 229p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 21-56.

KANDLER, Maira Ana. **Música na educação profissional e tecnológica: um estudo de caso no Instituto Federal de Santa Catarina campus Florianópolis**. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. Instituto de Artes. Programa de Pós-Graduação em Música. 2019. 279p.

KUENZER, Acacia Zeneida. A formação de professores para o ensino médio: velhos problemas, novos desafios. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, set. 2011.

LOPES, Josiane Paula Maltauro. **O componente curricular de Arte-Música na Educação Profissional: a visão do docente a respeito do currículo dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio dos Institutos Federais**. Tese. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Programa de Pós-Graduação em Música. 2018. 297p.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. O desafio da formação de professores para a EPT e PROEJA. **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 32, p. 689-704, 2011.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil: Atores e cenários ao longo da história**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 476p.

MARÍN-LIÉBANA, Pablo; MAGRANER, José Salvador Blasco; NICOLÁS, Ana María Botella. *Estructura, diversidad e ideología en el currículum oficial de la educación musical primaria: una revisión sistemática*. **Revista Educación, Política y Sociedad**, 2021, v. 6, n. 1, p. 225-251.
<https://doi.org/10.15366/rep2021.6.1.009> ISSN 2445-4109

MEDEIROS, Arilene Lucena. **A forja e a pena: técnica e humanismo na trajetória da Escola de Aprendiz Artífices de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora do IFRN, 2011.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Revista Holos**. Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN. vol. 02, p. 4-30. 2007.

_____. Políticas Públicas para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio nos anos 1900 e 2000: limites e possibilidades. **Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional: Políticas públicas em debate**. Org. Ramon de Oliveira. Campinas, SP: Papirus, 2012. p. 47-81.

_____. Ensino médio e educação profissional nos anos 2000: movimentos contraditórios. In: MOURA, Dante (Org.). **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional**. Porto Alegre: Mercado das Letras, 2013.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro da. Politécnica e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Anais 35ª Reunião anual da ANPEd**: Porto de Galinhas, 2012.

PEREIRA, Marcus Vinícius Medeiros. Licenciatura em música e habitus conservatorial: analisando o currículo. **Revista da ABEM** – Associação Brasileira de Educação Musical. Londrina. v. 22, n. 32, jan./jun. 2014. p. 90-103.

PENNA, Maura. Ensino de Música: para além das fronteiras dos conservatórios. **Da Camiseta ao Museu: o ensino das artes na democratização da cultura**. Editora Universitária: UFPB. 1994. p. 101-111.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Música na escola: aspectos históricos da legislação nacional e perspectivas atuais a partir da Lei 11.769/2008. **Revista da ABEM** – Associação Brasileira de Educação Musical. Londrina. vol. 20, n. 29. Jul./Dez. 2012. p. 23-38.

RAMOS, Marise. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Versão ampliada do texto: Concepção de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Seminário sobre ensino médio – SEDUC/RN. 2007. Obtido em http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em 15/09/2022.

RAMOS, Marise N.; FRIGOTTO, Gaudêncio. Resistir é preciso, fazer não é preciso: as contrarreformas do ensino médio no Brasil. **Cadernos de pesquisa em educação**, PPGE-UFES, v. 19, p. 26-47, 2017.

RIBEIRO, Robson Rodrigues. **Educação Musical no Ensino Médio Integrado: um estudo multicaso sobre concepções e práticas curriculares com professores de música de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Dissertação. Universidade Federal da Paraíba. Centro de Comunicação, Turismo e Artes. Programa de Pós-Graduação em Música. 2017. 281p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

TAVARES, Andrezza M. B. do Nascimento; AZEVEDO, Márcio Adriano de; SILVA, Cybelle Dutra da; MEDEIROS, Dayvyd Lavaniery Marques de. **Educação Profissional e Currículo Integrado a partir de eixos estruturantes no Ensino Médio**. Educação profissional: desafios teórico-metodológicos e políticas públicas. Org. Dante Henrique Moura. – Natal : IFRN, 2016. p. 169-186.

TEIXEIRA, Nilza Carla. **Marcos históricos da Educação Musical no Brasil**. WEBARTIGOS. Fev. 2014. Obtido em <https://www.webartigos.com/artigos/marcos-historico-da-educacao-musical-no-brasil/118434>. Acesso em 28/09/2022.

SOBRE OS AUTORES

Artur Fabiano Araújo de Albuquerque

Doutorando em Educação Profissional pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (PPGEP-IFRN). Possui Mestrado em Música - ênfase em Educação Musical - pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (2011), e Graduação em Música - Licenciatura pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2008). É Professor de Arte-Música do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, Campus Nova Cruz. É Pesquisador do Grupo de Pesquisa Formação e Atuação Profissional de Professores de Música, pertencente ao Departamento de Música da UFPE.

E-mail: artur.fabiano@escolar.ifrn.edu.br

Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares

Doutorado e Mestrado em Educação pela UFRN.

E-mail: andrezza.tavares@ifrn.edu.br

Elda Silva do Nascimento Melo

Doutorado e Mestrado em Educação pela UFRN.

E-mail: eldasnmelo@hotmail.com

Recebido em: 05 de junho de 2025

Aceito em: 12 de julho de 2025